

LÍNGUA ESTRANGEIRA E ESCRITA NORMALIZADA: SUJEITO NA/PELA LÍNGUA DO OUTRO

Deusa Maria de SOUZA-PINHEIRO-PASSOS

deusa@usp.br

Universidade de São Paulo (USP)

Tomando a atividade de escrita como uma das maneiras de significar a relação do sujeito com o mundo (Orlandi, 2004), volto meu olhar para sua especificidade em Língua Estrangeira, no nível universitário, portanto em condições materiais que envolvem necessariamente um tratamento institucional do sujeito produtor de textos, na posição individualizada de aluno-autor (?). Nossos sujeitos de pesquisa são alunos do curso de Letras, de uma universidade estadual de São Paulo, inseridos em um currículo que demanda aprovação na disciplina *Comunicação Escrita em língua inglesa*. Nosso interesse é tentar compreender, a partir dos seus relatos, aspectos da relação do sujeito aluno(autor) com a escrita em língua inglesa e a modalidade dirigida ao (pelo) leitor-professor, submetida a injunções no processo de produção textual.

Os textos produzidos nesse contexto pressupõem certos procedimentos relativos a como escrever, modelos legitimados de bom estilo, instâncias que autorizam o acontecimento da escrita. Trata-se, em geral, de algo colado a um ideal de texto (produto da escrita) acabado, preestabelecido, concebido em outro lugar, (de)marcando o dizer.

Tais relatos apontam para vários aspectos de um processo de escrita ao mesmo tempo complexo e familiar (assentado na tradição escolar), indicando a existência de posições conflitantes, instáveis, inquietantes. Seus dizeres permitem entrever ao menos dois lugares: a “luta” entre o querer dizer e o poder dizer, na língua do outro, e certa fobia da escrita (expectativa frustrada de autoria).

A existência e a permanência do aluno na posição de (suposto) autor dá-se institucionalmente, pela via de certo lugar de leitura (do professor), compreendida como instância incontornável que confere legitimidade à atividade de escrita, aparando suas arestas, definindo seus contornos, regendo diretrizes na busca incessante por adequação a certos padrões. O “aparecimento” do texto em língua estrangeira, nesse lugar, é acontecimento projetado, (de)marcado e dirigido por uma expectativa da escrita-a-ser, de(ver)ser (*“é preciso ultrapassar o medo de não ser capaz de completar a tarefa; você invariavelmente odeia as coisas que escreve e o pior de tudo é esperar pela nota do professor”*).

Por outro lado, parte da produção do aluno nesses cursos envolve um esforço para extrapolar a simples adequação a modelos preestabelecidos por um elenco de modalidades e gêneros de escrita, de efeito estável, em sua suposta origem/originalidade ancorada no “autor nativo letrado”, capaz de formulação equilibrada no tão almejado binômio forma/conteúdo (*“psicologicamente falando, escrever em inglês se apresenta como algo doloroso e que exige esforço”*).

No processo de elaboração de um texto, para além dos sentidos produzidos pelo lugar previsível da leitura, certezas podem ser subvertidas por esse aluno. Em sua escrita estrangeira, por vezes arremedo de originais diversos, trava-se uma luta pelo dizer, e nela irrompe seu modo de enunciar na outra língua, movido pelo desejo – enunciado por alguns – do poder/querer dizer, produzindo sentidos, arriscando nas formas, tropeçando em cognatos e idiomáticas, experimentando outras discursividades (*“é preciso tentar não traduzir em inglês os pensamentos que estão em português”/“é preciso pensar em inglês”*). Estranha relação, quando se está em lugar privilegiado (universidade pública), autorizado, designado como espaço do exercício de

formas de alteridade (curso de língua estrangeira): enfim, “quando as condições são favoráveis...na Escola, no modo como o Estado nos individualiza como sujeitos capitalistas de direitos e deveres, sujeitos do conhecimento, letrados.” (ORLANDI, 2004, p. 107). Estabilidade aparente do conforto institucional, de regras claras do *como dever ser*. O modo de se convocar o sujeito aluno a ocupar o lugar da adequação da escrita incide sobre o *ser autor* na escola.

Há casos em que escrever é sinônimo de sofrer (“*a maioria sofre muito quando a professora pede uma composição em inglês*”). Impossibilitado de encaixar-se no plano da adequação, talvez sob o fantasma da completude e domínio em relação à língua do outro – por oposição à ficção da língua una, a materna (CORACINI, 2007) - o aluno-autor-a-ser busca maneiras de “contornar” a força da alteridade que se impõe e o embate entre querer-e-poder dizer dá lugar a certa “fobia” da escrita, constringendo o ato de escrever. Pressionado (e ultrapassado) por uma exigência própria do escrito – a da correção - , e julgando-se incapaz de atendê-la, o aluno recorre, então, a formulações e sentidos pinçados em outro lugar, em textos outros (nos textos dos outros), em fontes consagradas ou no mundo virtual (ciberespaço). O “pânico” produz a cópia, a “cola”, “colcha de retalhos” (*patchwork*), o plágio, imitação do trabalho alheio, do “texto do nativo”, enfim, a desmobilização da/pela escrita.

O apego ao imaginário do texto do *um* como algo homogêneo, de autoria definida, lança o sujeito-aluno ao texto do *outro*, como “estratégia de fuga”, isenção de responsabilidade pela própria produção, que mais tarde ele “descobre” ser constitutivamente de tessitura incerta, caótica, imprevisível. No dizer de Melman (2004, p. 141), “o fato de caprichar no escrito visa eliminar todos os seus parasitas, inclusive ortográficos, que são os do inconsciente, expulsar tudo o que lá poderia figurar como

lapso.” Por meio do gesto de plagiar, o aluno estabelece com o texto do outro uma relação cujo efeito é ao mesmo tempo de submissão a certo ideal da escrita e de distanciamento da língua estrangeira.

Com relação à expressão escrita em outro idioma, estaria a singularidade reservada somente aos gênios da palavra, aos grandes artistas da ficção, cujos textos, quando produzidos na suposta língua do *outro* (a que não lhe pertence), não trazem o traço do estrangeiro, ocultam estranhamentos, de tão próximos que estão da escrita do *um*? Parece ser o caso de Beckett – e os críticos não se cansam de celebrá-lo por isso -, cuja escritura, baseada em grande medida num percurso *entre-línguas* (inglês e francês), constituiu-se fortemente, no que concerne ao seu valor estético, na/pela relação com a palavra “estrangeira”, produzindo no leitor, ora de uma língua, ora de outra, a sensação de estar diante de um texto escrito por um nativo daquela língua (BEER, 1994). A singularidade de Beckett, residiria, segundo críticos, em sua capacidade de transitar com naturalidade (portanto, sem esforço) entre discursividades outras, o que, a nosso ver, significa apostar na capacidade consciente do sujeito de poder ocultar e amainar o conflito constitutivo da condição de habitar e ser habitado por línguas.

Na escola, a via pela qual se alcançaria o idioma estrangeiro é, sobretudo, de caráter normativo. Página em branco como eco (repetição de dizeres de outrem) ou possibilidade de reflexão, (re)invenção? Onipotência do leitor, engessando sentidos pré-fabricados, colhidos em outro lugar, encomendados pela escola, ou tempo de latência do dizer na língua do outro? Considerar a questão do sujeito, pela via da escrita pensada na dimensão institucional (escrita privilegiada, diferenciada?), praticada em língua estrangeira, num espaço concedido pelo Estado, pode contribuir para a compreensão dos processos de inscrição do sujeito na língua do outro e seus modos de significar(se).

Referências bibliográficas:

Beer, A. (1994) “Beckett’s bilingualism”. IN Pilling, J. (Org.) *The Cambridge companion to Beckett*. Cambridge: C.U.P.

Coracini, M.J. (2007) *A celebração do outro – arquivo, memória e identidade*. São Paulo: Mercado de Letras.

Melman, C. (2004) “A fobia da escrita”, IN. Melman, C. (et al.) *O significante, a letra e o objeto*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, pp. 137-144.

Orlandi, E.P. (2004) *Cidade dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes.